

Trabalhadores e populações são as principais vítimas

08-Ago-2012

POLÍTICA PRIVATIZADORA DEVASTA SERVIÇOS PÚBLICOS LOCAIS STAL denuncia as crescentes pressões privatizadoras exercidas sobre as autarquias e alerta que a destruição dos serviços públicos significará mais desemprego, injustiças e desigualdades no acesso a bens e serviços essenciais. Reafirmando a sua oposição frontal a esta política, o STAL apela aos trabalhadores e às populações para que resistam e defendam o poder local, os serviços públicos e o direito ao futuro!

Decorrido mais de um ano de aplicação das medidas da troika (UE/BCE/FMI), agravadas pela política neoliberal do Governo PSD/CDS-PP, são cada vez mais evidentes as consequências económicas e sociais de uma ofensiva profundamente contrária ao desenvolvimento do poder local democrático, à melhoria dos serviços públicos locais e aos direitos dos trabalhadores e das populações.

O País e os portugueses estão mais pobres, o desemprego disparou, as desigualdades aumentaram, num processo em que as medidas de austeridade se sucedem sem fim à vista, arrastando a economia para o ciclo vicioso da estagnação/recessão e comprometendo qualquer possibilidade de superar a crise.

A privatização de sectores estratégicos, em que se inclui a projectada alienação de bens vitais como a água, é a demonstração de que este Governo pretende colocar o Estado cada vez mais ao serviço dos poderosos, dos grandes grupos económicos, facilitando-lhes a crescente acumulação de riqueza mediante a submissão de tudo e de todos à lógica do mercado e à maximização do lucro.

A ofensiva contra as autarquias e as privatizações

% neste quadro que se desenvolve uma brutal ofensiva contra as autarquias, com novas e gravosas medidas que atingem os serviços públicos municipais, os seus trabalhadores e as populações, de que se destacam a Lei dos Compromissos e o novo Regime Jurídico da Actividade Empresarial Local, cujo objectivo central é promover e facilitar a privatização em catadupa dos serviços essenciais, como a água e o saneamento, os resíduos e a limpeza urbana, transportes, cultura e educação.

No mesmo sentido, o Governo impõe às autarquias que aderirem à linha de crédito para o pagamento de dívidas em atraso (dinheiro que convém lembrar servir sobretudo para pagar as Águas de Portugal, condição indispensável para a sua privatização), a obrigatoriedade de maximizarem as receitas, ou seja, de aumentarem todas as taxas, tarifas e impostos locais, reduzirem as despesas com pessoal e diminuam a actividade municipal. Trata-se de um verdadeiro programa de saque às populações e aos trabalhadores, comparável ao que está a ser imposto centralmente ao País, de que resultam novos e acrescidos sacrifícios para as comunidades locais.

Em simultâneo, os municípios estão a ser confrontados com propostas das Águas de Portugal (AdP), que visam a verticalização e concentração dos serviços de água e saneamento no grupo AdP, como primeiro passo para a posterior privatização/concessão.

A pretexto das elevadas dÃ-vidas aos sistemas multimunicipais e dos crescentes obstÃculos colocados Ã gestÃo municipal, algumas autarquias tÃm vindo a capitular face Ã s pressÃes do Governo, mostrando-se dispostas a entregar serviÃos municipais Ã AdP, medida que apresentam ilusoriamente como Ã«saÃ-daÃ» e alternativa Ã privatizaÃo/concessÃo dos serviÃos.

O STAL sublinha que a AdP nÃo constitui uma alternativa Ã privatizaÃo. Pelo contrÃrio, a integraÃo de serviÃos na AdP criarÃ as condiÃes para a alienaÃo em bloco de um sector estratÃgico e de um bem vital que, como a realidade nacional e internacional demonstram, provocarÃ uma subida acentuada dos preÃos, a degradaÃo da qualidade do serviÃo, a destruiÃo de direitos laborais e maiores dificuldades de acesso por parte das populaÃes.

Cabe ainda lembrar que, ao alienarem serviÃos da sua exclusiva competÃncia, as autarquias estarÃo a submeter-se a interesses alheios Ã s comunidades que representam, hipotecando a capacidade de decisÃo e autonomia dos ÃrgÃos locais, numa matÃria de importÃncia crucial para o bem-estar das populaÃes e o desenvolvimento local. Os custos futuros de tais decisÃes serÃo incomparavelmente superiores aos encaixes financeiros agora proporcionados, por mais aliciantes que estes possam parecer num momento em que se aproxima novo acto eleitoral.

Se porventura fosse necessÃrio mais demonstraÃes de que a concentraÃo de serviÃos municipais em holdings estatais nÃo sÃo evita, como inversamente conduz mais rapidamente Ã sua privatizaÃo, bastaria apontar o exemplo da Empresa Geral do Fomento (EGF), sub-holding do grupo AdP detentora dos sistemas multimunicipais de resÃ-duos, que o Governo pretende vender atÃ final do ano. Tal negÃcio, a concretizar-se, conduzirÃ inevitavelmente ao encarecimento deste serviÃo pÃblico essencial e Ã deterioraÃo das condiÃes de trabalho e aumento da exploraÃo.

Os processos de privatizaÃo em curso e os contratos em vigor nos sectores da Ãgua, saneamento e recolha de resÃ-duos e limpeza urbana das autarquias jÃ somam largas dezenas milhÃes de euros (ver listagem no final). Os seus impactos sociais sÃo conhecidos e, em muitos casos, tÃm motivado o justo e legÃtimo protesto das populaÃes e trabalhadores, que denunciam preÃos exorbitantes, deterioraÃo do serviÃo, degradaÃo das condiÃes laborais e precarizaÃo do emprego.

O STAL manifesta a sua frontal oposiÃo Ã s polÃticas privatizadoras e apela Ã s populaÃes e aos trabalhadores, que sÃo as suas principais vÃtimas, para que se mobilizem em defesa da gestÃo municipal dos serviÃos pÃblicos locais.

O STAL apela Ã luta por uma polÃtica que garanta:

- O fim das privatizaÃes de serviÃos pÃblicos locais.
- A remunicipalizaÃo dos serviÃos privatizados e empresarializados, salvaguardando os postos de trabalho e promovendo a valorizaÃo dos trabalhadores.
- O reforÃo do controlo democrÃtico, transparÃncia e participaÃo das populaÃes na gestÃo dos serviÃos pÃblicos locais.
- A melhoria e aumento do nÃmero de serviÃos pÃblicos municipais, dotados de meios financeiros, humanos e

técnicos, para dar resposta às necessidades e anseios das populações.

- A proximidade dos serviços como factor de coesão económica e social do território nacional.

Poder Local, serviços públicos, direito ao futuro!
Esta é uma luta de todos!

À